

O fim do mito da isenção jornalística

Por Luciano Zarur

Assumir posição político-partidária contraria um princípio básico da deontologia jornalística, a imparcialidade, a qual mostra-se, empírica e efetivamente, apenas um mito, como se percebeu na atuação dos meios de comunicação nestas eleições presidenciais. Para os mais atentos, é nítido como a cobertura política feita por quase toda a chamada grande imprensa durante os governos do Partido dos Trabalhadores e, sobretudo, no pleito deste ano, tem sido contaminada por interesses do oligopólio que controla a comunicação em massa brasileira.

Nenhuma surpresa para quem conhece a chamada mídia por dentro. Sim, porque, uma nação com mais de 200 milhões de habitantes é informada (e deformada) há décadas por veículos pertencentes a apenas cinco ou seis famílias, dependendo do momento histórico, as quais, tentam “decidir pelo povo” os rumos da sociedade, ocultando ou minimizando todos os escândalos que impliquem integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira, assim como agem com as conquistas alcançadas pelo governo do PT, usando técnicas jornalísticas de diagramação e/ou edição eletrônica. Ou, ainda, hiperdimensionando possíveis casos de delitos cometidos por petistas ou seus aliados e afirmando que a responsabilidade do que possa haver de errado seria diretamente do ocupante da cadeira da Presidência da República, quando petista, obviamente.

Tal procedimento é sintomático, já que quando esses órgãos de imprensa divulgam informações negativas à imagem dos tucanos, são suaves, concisos e nada assertivos, dando muito menos destaque ao fato e tendo todo o cuidado para não prejudicar o PSDB e seus parceiros (incluindo-se o DEM, o antigo PFL, antes PDS, e originalmente Arena, o partido da ditadura, ou seja, um verdadeiro oxímoro em termos de nomenclatura, pois o a sigla, que sempre apóia os tucanos, foi o partido que sustentou o regime autoritário e agora se autointitula “democratas”), haja vista o noticiário sobre a crise hídrica no estado de São Paulo, manuseado sempre visando a proteger o governo paulista.

Porém, quando a denúncia – ainda que não comprovada e independentemente da credibilidade da fonte – envolve políticos ligados ao PT, alguns veículos o fazem até mesmo de forma raivosa e com ares de tentativa de golpe. Neste caso, o nome mais citado (apenas um entre muitos veículos da mídia nativa que atuam do mesmo modo, embora com menos agressividade), é, lamentavelmente, o mais tradicional semanário brasileiro, que, por sua prática manipuladora e antiética permanente, vem exercendo *per se* oposição raivosa e atacando sempre tudo que é intrínseco ao PT e às lutas dos partidos de esquerda, tendo se tornado um panfleto publicista a favor do tucanato. Porém, a revista é somente um exemplo entre os veículos de mídia que abandonaram de vez os cânones do jornalismo baseado na veracidade dos fatos e comprometido com a cidadania e o desenvolvimento da sociedade. Embora tente esconder e/ou reduzir o impacto das realizações positivas do atual governo, a mídia oposicionista, pasmantemente, continua a apresentar-se como “isenta” e apartidária.

Jornalismo de desserviço

Quem avalia com criticidade constata que os resultados sociais – os mais importantes, evidentemente – e também os econômicos obtidos pelas gestões petistas são irrefutáveis e superiores a todos os anteriores. É de conhecimento de todos que a miséria está

erradicada do País e que dezenas de milhões de pessoas saíram da pobreza, ascendendo à classe média e tornando-se reais consumidores. Afora os 21 milhões de empregos criados nos últimos doze anos, sete milhões durante o governo Dilma, façanha sem igual no mundo que ainda enfrenta os efeitos de sucessivas crises econômico-financeiras desde 2008. No entanto, são “só” fatos que não “convencem” os conglomerados midiáticos de oposição.

Outro motivo causador de indignação são as numerosas inverdades e impropérios relativos à presidenta Dilma Rousseff, ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores, reproduzindo a prática de transformação de informações acerca de realizações extremamente positivas para todo o povo brasileiro em notícias distorcidas, e também hiperdivulgando, com a pior conotação negativa, é claro, possíveis erros ou irregularidades cometidos por algum integrante ou simpatizante dos governos petistas.

Tal tentativa se inspira nas técnicas de censura e manipulação perpetradas pelos piores regimes ditatoriais, contrariando a correta conduta deontológica, que deveria reger a cobertura política pela mídia, a qual, por óbvio, influencia milhões de pessoas que desconhecem os mecanismos de edição utilizados em cada veículo para manusear o noticiário conforme seus próprios objetivos, assim como a existência da autocensura e da pressão a que muitos jornalistas são submetidos no tratamento final da informação.

Apesar disso, com um laivo de justiça, é inegável reconhecer que, nos dias hodiernos, a quase totalidade da população brasileira vive muito mais feliz do há doze, quinze ou vinte anos. O Brasil é muito mais respeitado como ator realmente relevante em todos os organismos internacionais, independentemente de seu cunho. Com competência, os governos liderados por Lula e Dilma venceram as maiores crises da economia em mais de 80 anos; apesar de “analistas” e “comentaristas” pseudoautônomos – em verdade representantes fiéis, regidamente remunerados, dos patrões que controlam os veículos em que atuam – jamais o terem admitido, tentando “explicar” o sucesso do PT no comando do país de maneira sofisticada, às vezes até com desvio de caráter, e constantemente, atribuindo-o a uma suposta sorte ou a fatores independentes das políticas dos governos petistas.

Para superar o bloqueio de divulgação de fatos altamente positivos para a sociedade brasileira, como a retirada do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, pela primeira vez em toda a história do país, incluindo-nos em um seleto grupo de 37 nações em que ninguém morre de fome, boicotada pela chamada “grande mídia”, a qual, por esse tipo de prática, frequentemente, é denominada de Partido da Imprensa Golpista (o já famoso PIG), recomenda-se diversificar as fontes de informação para fugir dessas distorções informativas. A atitude é imprescindível aos leitores, telespectadores e ouvintes que, com efeito, tencionem informar-se e formar opinião abalizada superando o tratamento publicista (ou seja, o velho uso dos meios de comunicação de massa como instrumentos de divulgação de posições político-ideológicos, no estilo do que faziam Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, e Samuel Wainer, na *Última Hora*, em relação ao governo constitucional de Vargas, na década de 1950) da maior parte da mídia nacional. A quem ainda se restringe a determinados veículos de mídia, sugere-se diversificar suas fontes de informação e, talvez, pensar melhor, vencendo preconceitos e até mesmo superando posições antidemocráticas e egoístas que impedem a aceitação do sucesso de governos trabalhistas que conseguiram melhorar a vida da maioria dos brasileiros, priorizando – como estabelecem os preceitos éticos, assim como os fundamentos de todas as religiões – os mais necessitados. E, mesmo assim, para as classes média e alta

também houve melhoras muito significativas, haja vista o apoio expressivo que Lula e Dilma têm também entre os de mais posses.

Entre os profissionais do jornalismo, é mister que se reflita sobre o desserviço que a maioria dos veículos de comunicação vem desenvolvendo nos últimos doze anos, mormente às vésperas de eleição, como ocorreu nas duas últimas semanas que antecederam à disputa nas urnas após o tucano perder a dianteira nas pesquisas de intenção de voto para a candidata à reeleição. Este comportamento remonta àquela “definição” de regime político imposta tacitamente pela caserna após o golpe de 1964: “Democracia (só vale assim) é igual a nós no poder; ditadura, os outros”.

Luciano Zarur é jornalista, professor universitário e mestre em filosofia